

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL

EFFECTS OF PUBLIC POLICIES FOR AGROEXTRATIVE PRODUCERS IN THE STATE OF RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRAZIL

EFFECTOS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LOS PRODUCTOS AGROEXTRATIVOS EN EL ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL

Rochelie Paulino de Albuquerque¹
Eric Charles Henri Dorion²
Luciana Flores Battistella³
Mariluce Paes de Souza⁴
Jean Marcos da Silva⁵

Resumo

Na literatura sobre o tema, as políticas públicas são tratadas como os meios pelos quais é possível solucionar problemas presentes na sociedade. É inegável que as soluções precisam se embasar em problemas reais da vida real dos indivíduos dessa sociedade, considerando um contexto local, sob pena de a política se tornar inócua. Nesta pesquisa, constatou-se que nem sempre os policy makers atuam com essa visão prática. O estudo teve como objetivo identificar os efeitos das políticas públicas (PPs) para os agroextrativistas no estado de Rondônia–Amazônia. A pesquisa foi conduzida por uma análise de conteúdo, com abordagem qualitativa e realização de entrevistas semidirigidas. Conclui-se que a tendência dos entrevistados é conceituar as PPs como ajuda do governo em termos de transferência de renda, isto é, em termos de políticas redistributivas. Diante desses resultados, propõe-se um conjunto de ações visando melhorias nas condições educativas dos agroextrativistas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Produtos florestais não madeiráveis (PFNM). Agroextrativistas. Amazônia.

Abstract

Public policies are dealt with in the literature as to how it becomes possible to solve current societal problems. Such “public solutions” must be based on definite problems from each individual’s real life and local context; otherwise, the public policy will become innocuous. This study shows that policy makers do not always act with such a practical vision and sought to identify public policies’ effects on “agro-extravist producer” from Rondônia State in the

¹ Mestre em Administração Pública - Universidade Federal de Santa Maria UFSM. MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público, Pós Graduação em Administração Pública e Recursos Humanos, Graduado em Administração pela Faculdade São Lucas. E-mail: rochelie_chell@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0831-1343>.

² Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Sherbrooke, Canadá (2003). Mestre em Administração de Empresas pela *Université Laval*, Canadá (1997) e Bacharel em Geografia pela *Université Laval*, Canadá (1985). Professor visitante na UFSM (PPGOP/PPGAP). E-mail: echdorion@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3472-3835>.

³ Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1990). Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Professora Titular na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lutti@ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9620-2093>.

⁴ Pós-Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Professora Titular da Universidade Federal de Rondônia, atua no PPGA/UNIR. E-mail: mariluce@unir.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4202-0769>.

⁵ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSul. E-mail: jeansilva@ifsul.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0331-3849>.

Brazilian Amazonian region. This qualitative research was conducted using content analysis and semi-structured interviews. Regarding redistributive policies, the respondents' tendency is to conceptualize public policies as government aid in income transfer. Given these results, a set of actions is proposed to improve the educational conditions of the agroextractivist producers.

Keywords: Public Policies. Non-Timber Forest Products (NTFP). Agroextractivist. The Amazon.

Resumen

En la literatura sobre el tema, las políticas públicas son tratadas como el medio mediante el cual es posible resolver problemas presentes en la sociedad. Es innegable que las soluciones deben basarse en problemas reales de la vida real de los individuos de esta sociedad, considerando un contexto local, de lo contrario la política resultará ineficaz. En esta investigación se encontró que los formuladores de políticas no siempre actúan con esta visión práctica. El estudio tuvo como objetivo identificar los efectos de las políticas públicas (PP) para los agroextractivistas en el estado de Rondônia-Amazônia. La investigación se realizó mediante análisis de contenido, con enfoque cualitativo y entrevistas semiestructuradas. Se concluye que la tendencia de los entrevistados es conceptualizar los PP como ayuda gubernamental en términos de transferencia de ingresos, es decir, en términos de políticas redistributivas. Ante estos resultados, se propone un conjunto de acciones encaminadas a mejorar las condiciones educativas de los agroextractivistas.

Palabras clave: Políticas públicas. Productos forestales no maderables (PFNM). Agroextractivos. Amazonas.

INTRODUÇÃO

O termo políticas públicas é evocado em diferentes contextos e por grupos de diversos interesses. Em uma pesquisa rápida no Google que fizemos em fevereiro de 2023, apareceram 189 milhões de resultados sobre o termo, demonstrando que há muitas publicações na rede mundial de computadores envolvendo políticas públicas. Em uma pesquisa realizada com o termo em inglês, public policies, também em fevereiro de 2023, chegou-se ao expressivo número de 1.9 bilhão de resultados. Embora essas pesquisas não tenham ocorrido em plataformas de pesquisas acadêmicas, tais como Scopus ou Web of Science, o exercício serve para constatar a discrepância de resultados entre o cenário nacional e o internacional. Ainda assim, há confusão sobre o que são políticas públicas.

As dubiedades em torno do significado do termo “políticas públicas” têm causado confusão sobre a que, de fato, a terminologia se refere e quais são os seus efeitos na vida das pessoas. A literatura conceitua as políticas públicas como “programas constitucionais que incumbe ao agente público implementar, de maneira estilisticamente nuançada, mas sem retrocessos, sob pena de omissão específica lesiva” (Freitas, 2017, p. 146). Fonseca e Filho (2019) descrevem que as políticas públicas se efetivam quando o poder estatal tem como objetivo encontrar o bem-estar da sociedade. Conforme Veigas *et al.* (2020) apontam, as políticas públicas são leis, decretos, normas, regras e programas que encontram uma forma de se manifestar em prol de solucionar ou minimizar problemas públicos da sociedade. Segundo os autores, é incumbência do Estado gerenciar os serviços públicos e entidades privadas para o cumprimento dos direitos das pessoas, tais como direito à liberdade, à igualdade, à saúde, à habitação, à segurança, à previdência e à educação, legitimando a sociedade, pois são direitos essenciais para o convívio das pessoas (Bobbio, 1992; Mello, 2020; Veigas *et al.*, 2020).

Sobre o direito ao clima, as leis brasileiras asseguram que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondo-se ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações” (Brasil, 1988, art. 225). Logo, é dever do governo e de toda a sociedade manter a preservação e a recuperação ambiental e zelar por elas.

As muitas reivindicações por direitos realizadas por diferentes indivíduos demandam políticas públicas também diferentes. Os pequenos agricultores, por exemplo, interagem constantemente com as políticas ambientais, cujo objetivo é garantir, à sociedade, o direito ao clima ecologicamente equilibrado. Com o passar do tempo, os movimentos ambientais mundiais e as mudanças climáticas ganharam visibilidade, levando os formuladores de políticas públicas a criarem as chamadas Reservas Extrativistas (RESEX), cujo objetivo é promover os recursos naturais de forma sustentável e conservar o meio ambiente, preservando a biodiversidade da floresta em todo o território da Amazônia (Allegretti, 1996; Rodrigues et al., 2020).

Os direitos elencados se desdobram em inúmeras políticas, como as destinadas ao apoio a pequenos agricultores, a política de fomento, política de energia, política industrial, políticas de transporte, entre várias outras, que não se constituem como direitos sociais. Essas políticas são vistas como políticas de desenvolvimento, e suas principais funções são promover o bem-estar e a harmonia e elevar a qualidade de vida das pessoas, conforme apontam Mauro et al. (2018).

Nesse contexto, foram criadas, no Brasil, políticas específicas para atender os produtores agroextrativistas, tais como: a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio); a Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e as políticas públicas relacionadas às vivências dos agroextrativistas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/MAPA) o Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Todas essas políticas são importantes para assegurar a plenitude dessas áreas e das famílias que nela vivem de forma protegida, conforme apontam Silva-Jean et al. (2022).

Nos estudos de De Beer e McDermont (1989), Pawlowski et al. (2021), Silva-Jean et al. (2022; 2017), Barbosa et al. (2020), Paes-de-Souza et al. (2011), Souza Filho et al. (2011) e Pedrozo et al. (2011), os Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs) são recursos biológicos como cipó, raízes, frutos, folhas e outros extraídos das florestas nativas, exceto madeiras. Shackleton e Pandey (2014), por sua vez, demonstram que a coleta dos PFMNs é bastante importante, principalmente na vida dos agroextrativistas que, em diversas regiões, os coletam para seu sustento econômico e cultural.

De acordo com Brites e Morsello (2016), Elias e Santos (2016) e Martinot *et al.* (2017), o aumento da procura pelos PFNMs pode ser um caminho para o desenvolvimento econômico, tendo o potencial de apoiar a inserção social produtiva dos agroextrativistas, com a preservação da floresta de forma natural (GIATTI, 2021).

Sobre essa busca por um desenvolvimento brasileiro que respeite os recursos naturais, a Amazônia é uma região de forte potencial diante do mercado da biodiversidade, e o estado de Rondônia conta com uma grande área de recursos biológicos, de PFNMs. Em suas diferentes composições, a região conta com diversas espécies de animais, plantas e frutas, bem como a própria fauna silvestre.

Em relação aos produtos de origem florestal, geralmente os produtos madeireiros têm maior rendimento econômico para o país; contudo, existem outros produtos, os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs). Embora tenham menor rendimento, os PFNMs são “fundamentais para a sobrevivência da população rural tradicional ou agroextrativista” (Silva-Jean *et al.*, 2022). Conforme Fiedler *et al.* (2008) e Bento *et al.* (2020), nos últimos 10 anos, ocorreu um grande interesse pelos PFNMs, pelo fato de se compreender que a economia das florestas naturais pode ser fonte de renda significativa aos agroextrativistas, além de um incentivo à preservação das florestas.

Os PFNMs são produtos importantes na vida dos agroextrativistas, pois é através deles que muitas famílias obtêm renda. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi identificar os efeitos das políticas públicas para os agroextrativistas no estado de Rondônia-Amazônia-Brasil. Compreender a importância das políticas públicas na vida dos agroextrativistas tem uma relevância bastante significativa, pois elas contribuem para o fortalecimento da economia dos produtos retirados das florestas. Ainda, estudar tais políticas reforça a necessidade de conservação da floresta, colaborando para propor melhores condições de vida para os agroextrativistas e seus familiares.

Este artigo está estruturado em cinco seções além desta introdução. Na próxima seção, é apresentado o referencial teórico, no qual se buscou sedimentar o conceito de políticas públicas para PFNMs. Na sequência, descreve-se como a pesquisa de campo foi conduzida e, após, os resultados são apresentados e discutidos com a teoria. Por fim, há algumas conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A definição de política é abordada na literatura por um de seus precursores, o cientista político Poulantzas (1968). Na visão desse autor, a política está relacionada às questões de Estado e classes sociais, conforme apontado em Marx (1982) e Aveni *et al.* (2021). Enquanto o

Estado é materializado nas superestruturas jurídico-políticas (espaço em que ocorrem as lutas políticas de classes), a política é consequência dessa forma de estruturação. A seguir, definem-se políticas públicas para Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs).

2.1 Políticas públicas

De acordo com Gomes e Ferreira (2018), o conceito de políticas públicas se refere a programas que têm a realização de seu objetivo, cujo grau de importância é significativo, como foco principal. Em uma última análise, as políticas públicas visam a uma responsabilidade de modo coletivo, ou seja, é uma problemática de direito público.

Para Freitas (2016, p. 198), as políticas públicas “são programas constitucionais que incumbe ao agente público implementar, de maneira estilisticamente nuançada, mas sem retrocessos, sob pena de omissão específica lesiva”. Fonseca e Filho (2019) descrevem que as políticas públicas se efetivam quando o poder estatal tem como objetivo encontrar o bem-estar da sociedade, levando as ações para de fato serem resolvidas, de forma eficiente e eficaz.

Veigas et al. (2020) apontam que as políticas públicas são o começo, em que o agente público por trás das leis, dos decretos, das normas, das regras e dos programas encontra uma forma de se manifestar para solucionar ou minimizar problemas públicos da sociedade.

Os direitos fundamentais se baseiam em liberdade, já os direitos sociais têm como base os poderes de Estado impondo obrigações favoráveis (Correa Júnior *et al.*, 2022). É incumbência do Estado gerenciar os serviços públicos e as entidades privadas para o cumprimento dos direitos das pessoas, assegurando que elas tenham, por exemplo, direito à liberdade, à igualdade, à saúde, à habitação, à segurança, à previdência e à educação, legitimando a sociedade, pois esses são direitos essenciais para o convívio das pessoas (Bobbio, 1992; Souza e Moraes, 2019).

Vale ressaltar que existem inúmeras outras políticas, como políticas de apoio aos pequenos agricultores, política de fomento, política de energia, política industrial, política de transporte e várias outras que não se constituem como direitos sociais. Essas políticas são vistas como políticas de desenvolvimento, e suas principais funções são levar o bem-estar e a harmonia e elevar a qualidade de vida das pessoas (AGUIAR *et al.*, 2019).

Atualmente, as políticas têm como precursora a ação de governo — govern by policies —, o qual desenvolve e melhora tais políticas junto à sociedade, buscando resolver problemas da população. Poulantzas (1972) e Camargo (2018) começam a desenvolver suas ideias a partir do materialismo histórico e do materialismo dialético. Basicamente, os autores reforçam que são

disciplinas unidas, porém distintas. De acordo com Poulantzas (1972), o materialismo histórico se traduz na prática histórica, enquanto o materialismo dialético se trata de um processo de pensamento, sendo a teoria da ciência.

Marx (1965) analisa a sociedade tendo em mente as classes sociais, avaliando a relação entre o indivíduo e a sociedade e delimitando a classe social em que ele está posicionado. Para Marx (1965), a sociedade está dividida em duas classes: burguesia e proletário. O autor chama a burguesia de superestrutura/classe dominante. Essa classe, segundo o autor, propagaria a ideologia principal, que seria assumida pela estrutura/classe dominada, ou seja, pelo proletário. O pensador afirma que a ideologia da classe dominante que circula na sociedade é falsa e se institui de cima para baixo. De acordo com Marx (1965), a burguesia exerce a sua superestrutura de poder a partir do Estado e por meio da política.

Easton (1981) é um dos autores mais representativos na definição e na análise de políticas públicas. Em um de seus trabalhos mais relevantes, assim como Poulantzas (1972), aborda questões específicas do Estado como um elemento crucial no processo da prática política. Easton (1981) trata a ideia de Estado a partir de uma perspectiva marxista, enquanto Poulantzas (1972) vislumbra o Estado enquanto local em que ocorre a prática política. Easton (1981) foca na concepção de Estado para fins de análise das políticas públicas.

O autor expõe que a definição de Estado é bastante complexa, chegando a se referir ao termo como um “mistério indecifrável”. Easton (1981) aponta que é possível apresentar muitas características de Estado: como se origina, as formas que assume, a natureza de suas partes constituintes, as funções que supostamente deve ter e as consequências (políticas) às quais pode dar origem. No entanto, ainda não foi possível definir com exatidão esse conceito que está estritamente relacionado à definição de política pública.

Schmidt (2018) aborda que política pública é um conjunto de deliberações e atos que foram postos por instituições públicas e com apoio dos cidadãos, para que, juntos, solucionem problemas no dia a dia da sociedade. O autor declara que as políticas públicas são programas do governo que devem se coordenar às entidades privadas através do Estado, a fim de realizar ações com objetivo social e importante para a sociedade.

Para Mastrodi e Ifangir (2019), a definição de políticas públicas tem caráter funcional: é preciso que funcione e passe por muitas transformações, mas que seja alcançado o seu propósito final. Para Lima e D’Ascenzi (2018), política pública consiste no campo de saberes que busca, de modo simultâneo, “colocar o governo em ação ou analisar sua ação” (Souza, 2006; Ribeiro & Macedo, 2018).

O Estado é um produto e está intimamente envolvido na sociedade. Conforme Easton (1981, p. 308):

[...] tudo está claro então. O Estado não é sua estrutura empírica, nem um instrumento nas mãos de nenhuma classe. Também não é um “Sujeito” ou ator que pode controlar as várias classes independentemente de todas elas. Nem é uma entidade acima e à parte do resto da sociedade, de alguma forma pairando sobre ela e regulando-a (Easton, 1981, p. 308).

Dessa afirmação, percebe-se que o Estado não pertence a uma classe em particular, mas a uma sociedade que, coincidentemente, está dividida em classes. Contudo, mesmo que não seja o propósito, o Estado acaba por atender às classes dominantes. Isso ocorre porque a sociedade dividida em classes obriga o Estado a servir aos interesses dos dominantes, por mais que procure mascarar essa realidade em função das lutas de classes. O Estado condensa esses conflitos de classes por meio da prática política, isto é, por meio das políticas públicas.

Na concepção de Dye (1984), o termo “políticas públicas” traduz o somatório de ações do governo e age diretamente (ou não) na vida de toda a população. É o que o governo faz para minimizar ou solucionar os conflitos da sociedade. Para Dye (1984), política pública é elaborada em conjunto com vários entes federativos, como o Estado, a sociedade, as esferas federal, estadual e municipal, envolvendo vários departamentos (Dye, 1984). Tais políticas podem ser elaboradas em parceria com a iniciativa privada, como tem se verificado recentemente (Dye, 1984). A política pública é formada por quatro componentes principais: a envoltura do governo; a identificação do problema; a definição do objetivo do problema; e o aspecto do processo de ação (Dye, 1984).

Para Laswell (1936), a tentativa de definir política tinha como intuito agregar conhecimento científico/acadêmico às experiências dos governos e manter um diálogo entre governo, cientistas e comunidade interessada (Araújo et al., 2021).

Para Teles e Lima (2019), as políticas públicas são um conjunto de atuações e decisões do governo direcionadas para solucionar ou não dificuldades da sociedade, razão pela qual várias concepções são expostas por Souza (2006) e Lynn (1980), que definem as políticas públicas como um grupo de ações do governo com efeitos específicos. Para Peters (1986), política é a somatória das ações do governo procedendo de forma direta ou através de representação, induzindo o dia a dia da sociedade.

Alguns pesquisadores estão estudando como essas políticas públicas estão induzindo o cotidiano de comunidades agroextrativistas na Amazônia sob a perspectiva da sustentabilidade de Produtos Florestais Não Madeiráveis (Paes-de-Souza et al., 2011; Silva-Jean et al., 2022; Barbosa et al., 2020; Souza Filho et al., 2011; Pedrozo et al., 2011).

2.2 Políticas públicas e Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs)

A discussão sobre sustentabilidade pode ser entendida a partir daquilo que Elkington (2006) denomina Três Grandes Ondas da Sustentabilidade. Em seu estudo, o autor apresenta que a primeira onda tem início na década de 1960, com a fundação da Anistia Internacional, e conquista o seu pico em 1970, com a celebração do Dia da Terra e a fundação do Greenpeace. A primeira onda é caracterizada por um amadorismo na gestão da agenda ambiental. A segunda onda, denominada Onda Verde, tem início em 1984, com o Desastre de Bhopal, na Índia. Por fim, a terceira onda, intitulada Onda da Globalização, tem o seu pico em 1997, com o Protocolo de Kyoto, e é caracterizada por uma responsabilidade social empresarial mais madura do ponto de vista das ações das empresas.

Para Elkington (2006) e Zulpo et al. (2020), em sua concepção de sustentabilidade em três dimensões — social, econômica e ambiental —, o desenvolvimento sustentável foi pensando como gerador de valor nesses três aspectos primordiais. Essa concepção envolve questões éticas, direitos humanos, corrupção e mudanças climáticas. As pesquisas de Paes de Souza et al. (2011) buscam discutir as atividades agroextrativistas a partir dessas três dimensões.

A criação de reservas extrativistas representou um considerável amparo às atividades dos extrativistas, dando a possibilidade de a população controlar as suas terras e conservar as suas práticas. Outras políticas importantes foram criadas, tais como: Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio); Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/MAPA); Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER INCRA/MDA) e Instituto Chico Mendes. Todas essas políticas são importantes para assegurar a plenitude dessas áreas e das famílias que nela vivem de forma protegida.

De Beer e McDermott (1989) afirmam que os PFMNs são recursos biológicos que englobam cipós, raízes, frutos, folhas, entre outros extraídos das florestas nativas, exceto as madeiras. Shackleton e Pandey (2014), por sua vez, demonstram que a coleta dos PFMNs é bastante importante, principalmente na vida dos agroextrativistas que, em diversas regiões, coletam esses produtos para seu sustento econômico e cultural. De acordo com Brites e Morsello (2016), Elias e Santos (2016) e Martinot *et al.* (2017), o aumento da procura pelos PFMNs apresenta um caminho para o desenvolvimento econômico, podendo apoiar a inserção social produtiva dos agroextrativistas nesse cenário com a preservação de forma natural da floresta (Giatti et al., 2021).

Conforme Elias e Santos (2016), os produtos florestais não madeireiros se constituem como um meio de subsistência para muitas comunidades, além de fazerem parte de uma prática ancestral, e não somente de geração de renda. Ou seja, além de serem significativos para a economia rural e regional, carregam aspectos culturais da própria comunidade. De tal modo, o manejo sustentável desses recursos gera benefícios para a população local, além de promover a conservação dos ecossistemas florestais, o que tem gerado um interesse comercial por parte do mercado global, devido aos seus objetivos socioeconômicos e ambientais.

Santos et al. (2003) apontam que, no Brasil, os maiores desafios na produção dos PFNMs são a correta quantificação e a projeção de valor dos produtos não madeireiros, levando a transformação desses produtos para alternativas mercadológicas, sociais e ecológicas e outras formas de desenvolvimento. Por fim, Silva-Jean et al. (2022) destacam que, em termos de produção agregada, os PFNMs ainda não apresentam valores expressivos na economia.

3 MÉTODO

O estudo parte de uma abordagem qualitativa e tem foco exploratório-descritivo. De acordo com Creswell (2010), um dos atributos da pesquisa qualitativa é a coleta de dados, visto que se vai a campo e se pode vivenciar o problema de pesquisa de perto. Quanto ao foco exploratório-descritivo, Gil (2008) afirma que essa abordagem é aplicada em assuntos ainda pouco explorados e, mesmo que haja pouco conteúdo a respeito da temática, faz-se necessário conhecer esse material, a fim de elucidar a compreensão. O autor ainda relata que, na pesquisa descritiva, faz-se a definição das características da população, da região e do fenômeno. Logo, na pesquisa descritiva, é possível fazer cruzamento dos dados a fim de obter outras informações sobre o tema e proporcionar um novo entendimento sobre a temática estudada.

A articulação dos dois conceitos tem por intuito responder aos objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, busca-se retratar as políticas públicas brasileiras de apoio aos agroextrativistas, partindo da conceitualização de políticas públicas desde o seu princípio até sua execução, com o objetivo de verificar se os agroextrativistas do estado de Rondônia estão sendo assistidos por essas políticas.

Os métodos e as abordagens de pesquisa são apontados por Flick (2009) como complementares, na medida em que o pesquisador pode escolher utilizar mais de um ao mesmo tempo. Seguindo essa orientação, no planejamento desta pesquisa, optou-se pelo estudo bibliográfico, pelo estudo documental e pelo estudo de campo.

Em relação à técnica de análise dos dados, foi aplicada a análise de conteúdo que, conforme Flick (2009), refere-se a uma técnica que possibilita a interpretação de textos. No

tocante aos materiais analisados, foram utilizados documentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e entrevistas de campo. Ambos os recursos foram explorados por meio de categorias, seguindo orientação de Bardin (2010).

3.1 Caracterização do lócus de estudo

A presente pesquisa abrange reservas extrativistas de Nova Califórnia, que pertence à microrregião de Porto Velho e à mesorregião Madeira-Guaporé. O distrito de Nova Califórnia se situa na porção extremo oeste do estado de Rondônia, e seu núcleo urbano está localizado a 353 km da cidade de Porto Velho.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, a população de Nova Califórnia era de 3.631 habitantes, sendo 1.876 homens e 1.755 mulheres, sendo os Produtos Florestais Não Madeiráveis a principal fonte de renda. Trata-se de uma região que apresenta um vasto território de florestas nativas, em função do número de reservas extrativistas da região, fato determinante para a escolha de Nova Califórnia como os lócus do estudo.

3.2 Coleta de dados e entrevistas semidirigidas

Para iniciar a pesquisa, foram feitos levantamentos de dados primários, com aplicação de questionários específicos para a região, bem como entrevistas individuais junto a todos os extrativistas, a fim de obter informações qualitativas. As pesquisas ocorreram na região de Nova Califórnia durante o mês de agosto de 2021.

Para a análise dos dados levantados em campo, foi utilizada a metodologia de Bardin (2010), que visa realizar uma análise de forma significativa a partir de procedimentos sistemáticos do conteúdo e descrição das mensagens pelo do pesquisador, compreendendo todo material, tendo sempre uma visão atenta e ampla para cada significado da mensagem.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Participaram do estudo 19 agroextrativistas, com idades entre 25 e 79 anos. Quanto à escolaridade, apenas 2 pessoas têm o Ensino Superior, e o restante tem Ensino Médio e Fundamental. Quanto à ocupação, todos são agroextrativistas, e a fonte de renda é proveniente de produtos retirados da floresta.

Tabela 1



Sujeitos da pesquisa

Características sociodemográficas			
Entrevistados	Masculino	10	Taxa específica 52,63%
	Feminino	9	Taxa específica 47,36%
	Total	19	Taxa específica 100%
Entrevistados por faixa etária	18-24 anos	0	Taxa específica 0%
	25-34 anos	5	Taxa específica 26,31%
	35-44 anos	5	Taxa específica 26,31%
	Acima de 45	9	Taxa específica 47,36%
Entrevistados por escolaridade	Faixa 1	12	Fundamental incompleto 63,15%
	Faixa 1	03	Médio completo 15,78%
	Faixa 1	01	Médio incompleto 5,26%
	Faixa 3	03	Ensino superior/técnico 15,78%
Nomes fictícios	Mulheres: Helena, Maria Júlia, Laura, Ana Clara, Ivone, Laura, Maria, Miranda, Paulinha. Homens: Edson, João de Souza, Pedro da Silva, Matheus, Altemir, João da Silva, Machado, Silvano, Pedro de Oliveira, Gercino.		

Observa-se que, na Tabela 1, que há uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres entrevistados, permitindo, assim, uma coleta de dados representativa de ambos os sexos (52,63% homens e 47,36% mulheres). Além disso, percebe-se uma faixa etária acima dos 24 anos, sinalizando entrevistados com idades mais avançadas. Nota-se que 47,36% têm mais de 45 anos.

Por fim, uma análise da escolaridade indica que mais da metade dos entrevistados, 63,15%, não têm o Ensino Fundamental completo. Ao longo desta pesquisa, foram feitas algumas análises observando essas caracterizações.

3.3 Análise dos dados

O método de análise do conteúdo tem como norte o trabalho de Bardin (2010). Essa análise é composta por determinadas fases: 1) organização da análise; 2) codificação; 3) categorização; e 4) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos resultados.

A definição das categorias é um procedimento fundamental para a análise de conteúdo, por permitir a conexão dos objetivos da pesquisa com os dados verificados no campo ou nos documentos interpretados. Essa definição de categorias deve ser realizada a partir de inferências

teóricas do autor. Foram criadas unidades de análise no software IRAMUTEQ. Para efeitos dessa análise, foi utilizada a seguinte categorização (Figura 1):

Figura 1

Definição constitutiva e aplicada das variáveis

Termo	Variável	Definição Constitutiva	Definição Aplicada	Indicador
Dimensões de políticas públicas	Social	Refere-se à busca da homogeneidade social e ao acesso equitativo a recursos e serviços sociais, visando ao pleno emprego e/ou autoemprego (Sachs, 1992).	Bem-estar da população, visando à diminuição da pobreza.	Dados do IBGE. Entrevista semidirigida. Artigos Pesquisa bibliográfica
	Econômica	Desenvolvimento econômico atendendo o equilíbrio e utilizando materiais modernos. Busca da capacidade de inserção no aparato produtivo, na economia mundial e na pesquisa científica e tecnológica (Sachs, 1992).	Ações do governo visando atingir a boa situação econômica.	Dados do IBGE. Entrevista semidirigida. Artigos. Pesquisa bibliográfica.
	Ambiental	Relaciona-se ao ecológico e ao respeito aos ecossistemas naturais, estimulando a capacidade autodepuração. É a preservação do capital natural, limitando o uso dos recursos não renováveis (Hardin, 1968; Ostron, 1990; Sachs, 1992).	Tem como intuito a conservação do meio ambiente.	Dados do IBGE. Entrevista semidirigida. Artigos. Pesquisa bibliográfica.
	Cultural	Respeito à tradição e à inovação. Presença de endogeneidade, contrapondo-se à simples replicação de estrangeiros. Desenvolvimento da autoconfiança sem perder de vista a abertura para o mundo (Sachs, 1992).	É onde cada cidadão tem sua origem e sua cultura com respeito a todos.	Dados do IBGE. Entrevista semidirigida. Artigos. Pesquisa Bibliográfica.
Tipologias de políticas públicas	Distributiva	Apresenta uma abordagem clientelista, assistencialista e patrimonialista. Com uma atuação individual, centrada no sujeito, privilegia alguns grupos sociais ou regiões, em detrimento de outros (Lowi, 1972).	Distribuição de certos serviços, bens ou quantias apenas a uma parcela da população.	Entrevista semidirigida. Artigos.
	Regulatória	Essas políticas são mais perceptíveis à sociedade e estão atreladas à burocracia (Lowi, 1972).	São bastante conhecidas, pois tomam a forma de leis e exigem comando e controle, com função alocativa. Ex. Educação, LDB.	Entrevista semidirigida. Artigos.
	Constitutiva	Atrelada a procedimentos,	Dizem como, por	Entrevista

		relacionam-se às normas de acordo com a quais demais políticas públicas poderão ser formatadas (Lowi, 1972).	quem e quando as políticas públicas podem ser criadas. Tem caráter administrativo.	semidirigida. Artigos.
	Redistributiva	Tem uma natureza de justiça social, retirando benefícios de um grupo para conceder a outros grupos. São políticas sociais universais, a exemplo do sistema previdenciário (Lowi, 1972).	Destina benefícios a uma população mais ampla com objetivo de dar melhores condições de vida.	Entrevista semidirigida. Artigos.
Sistema político	Federal	Tem como fundamento e foco grandes projetos visando toda a população, como infraestrutura em rodovias federais (Brasil, 1988).	Relações comerciais, políticas, fiscais e de reforma agrária no âmbito da União.	Lei
	Estadual	Tem como foco o bem-estar da população do estado (Brasil, 1988)	Políticas públicas para moradia. Ocorre no âmbito das unidades da federação.	Lei
	Municipal	Sua natureza é o bem-estar e a qualidade de vida da população do município (BRASIL, 1988)	Acontecem a nível dos municípios. Envolve aspectos como o saneamento básico.	Lei

Na Figura 2, são apresentadas as categorias gerais e as subcategorias definidas para o presente estudo, levando em consideração as teorias abordadas nesta pesquisa. Desse modo, os dados coletados na pesquisa documental e nas entrevistas semidirigidas foram interpretados a partir dessas categorias. Os resultados, conforme seção a seguir, foram encontrados a partir dessas categorizações.

4 RESULTADOS

As políticas públicas voltadas aos Produtos Florestais Não Madeiráveis emergem para melhorar ou minimizar os problemas das comunidades de forma geral. Contudo, sabe-se que as pessoas que vivem no campo têm maior dificuldade na hora do repasse das políticas. O governo precisa auxiliar de forma conjunta para facilitar a melhoria das condições de vida dos agroextrativistas, já que muitos dos produtores sequer conhecem o que é uma política pública, como será observado nesta seção. Vale dizer que, além dos níveis federal, estadual e municipal,

também existem as políticas públicas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutiva Na Figura 3, estão elencadas as políticas públicas que emergiram da análise dos dados.

Figura 3

Análise de políticas

Políticas públicas	Dados de campo	Dimensão da política	Tipologia da política	Sistema da política
PRONAF ⁶	“Conheço o PRONAF e PAA, mas não faço uso de nenhum deles pois é pequena minha plantação hoje” (Helena). “Conheço o PAA e o PRONAF faço uso dos programas” (Maria Júlia).	Social	Regulatória	Federal
PAA ⁷	“Conheço a política do PRONAF e PAA, porém nossos produtos são repassados para o RECA [...] são eles que depois repassam para o governo” (Laura).	Social e Econômica	Distributiva	Federal
PGMPBIO ⁸	“As políticas públicas que conheço: o PRONAF, PGMPBIO e PAA” (Maria Júlia).	Econômica	Distributiva	Federal
PNAE ⁹	“Políticas públicas disponíveis como os projetos de PAA, PNAE, créditos rurais” (Gercino)	Social	Redistributiva	Federal
PPCDAm ¹⁰	“Fazendo a retirada de forma errada pode faltar produto e com isso pode aumentar o preço dos produtos” (Ana Clara).	Ambiental	Regulatória	Federal

Na coleta de dados, foram identificadas as políticas públicas mais citadas pelos agroextrativistas, são elas: PRONAF, PAA, PGMP-Bio, PNAE e Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), como exposto na Figura 3. Também foi observado que outras políticas públicas de acesso aos PFNMs não apareceram nos dados coletados.

⁶ **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Objetivo:** Fornecer apoio financeiro e técnico para fortalecer a agricultura familiar, promover o desenvolvimento rural sustentável, melhorar a renda e qualidade de vida dos agricultores familiares; **Crítérios de acesso:** Ser agricultor familiar, possuir DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), não ter acesso a crédito rural em outros programas, entre outros requisitos específicos;

⁷ **Programa de Aquisição de Alimentos. Objetivo:** Promover o acesso à alimentação saudável para pessoas em situação de insegurança alimentar, fortalecer a agricultura familiar e incentivar a produção local; **Crítérios de acesso:** Ser produtores familiares, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, entre outros, podem participar desde que atendam aos critérios estabelecidos pelo programa.

⁸ **Programa de Apoio à Conservação Ambiental e Produtiva da Biodiversidade. Objetivo:** Apoiar a conservação ambiental por meio do estímulo à produção sustentável e à geração de renda para comunidades tradicionais e de subvenção econômica aos produtores; **Crítérios de acesso:** Ser integrante de comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, entre outros, podem acessar o programa mediante atendimento aos critérios específicos de cada chamada pública.

⁹ **Programa Nacional de Alimentação Escolar. Objetivo:** Garantir alimentação escolar adequada e saudável aos estudantes da educação básica, promovendo o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis; **Crítérios de acesso:** Escolas públicas, filantrópicas e comunitárias, instituições de ensino infantil, fundamental e médio podem participar do programa;

¹⁰ **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Objetivo:** Reduzir o desmatamento ilegal e promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal; **Crítérios de acesso:** por se tratar de um plano de ação coordenado entre diversos órgãos governamentais e sociedade civil, com critérios de implementação relacionados a políticas de controle, fiscalização, regularização fundiária, promoção de atividades sustentáveis, entre outras medidas, não há critérios de acesso.

As pessoas contempladas pelas políticas públicas têm reações e expectativas de melhora no seu dia a dia, pois é através desse auxílio proveniente das entidades governamentais que a população espera minimizar seus problemas do cotidiano. Há vários tipos de políticas, como dito anteriormente, entre as quais está a política de crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), da qual alguns dos entrevistados fizeram e ainda fazem uso, haja vista a sua importância para o desenvolvimento na sua produção.

De acordo com o entrevistado João da Silva, foram poucas as vezes que atores governamentais, como a Empresa de Assistência Técnica e Produção Rural (Emater), a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estiveram presentes na comunidade onde reside. Outro entrevistado afirma: “O Incra já veio aqui, para falar sobre demarcação de terras, mas faz bastante tempo” (Matheus). Se os órgãos citados tivessem mais presentes e auxiliassem os agroextrativistas através de palestras com informações necessárias para um bom entendimento sobre políticas públicas, boa parte das famílias que dependem da floresta e do governo poderiam ter uma qualidade de vida menos precária, pois saberiam como e onde buscar as políticas públicas.

Por falta do auxílio do governo, muitos dos agroextrativistas estão se sentindo estimulados a deixarem a prática de manter a floresta em pé e preservar a natureza para se tornarem produtores agropecuários, pois “tem tanta dificuldade para ser um agroextrativista que às vezes desanima” (Benta). É o meio de trabalho mais tranquilo de se trabalhar.

Apesar das dificuldades recorrentes que os agroextrativistas enfrentam desde a plantação dos produtos até a hora da extração, eles conseguem fazer uso das políticas públicas disponibilizadas, mesmo sendo poucos os produtores que adotam as políticas públicas. Porém, isso já ajuda no desenvolvimento e na diminuição dos problemas presentes na vida da comunidade.

Notou-se que, mesmo não conhecendo as leis e as políticas públicas, os agroextrativistas se mostraram interessados em conhecer o assunto para poderem participar ainda mais dos programas de ajuda. Vale frisar que, mesmo sabendo pouco sobre os programas de ação do governo, uns ajudam os outros, fazendo com que todos tenham uma boa qualidade de vida ou até mesmo tentando minimizar problemas existentes na comunidade.

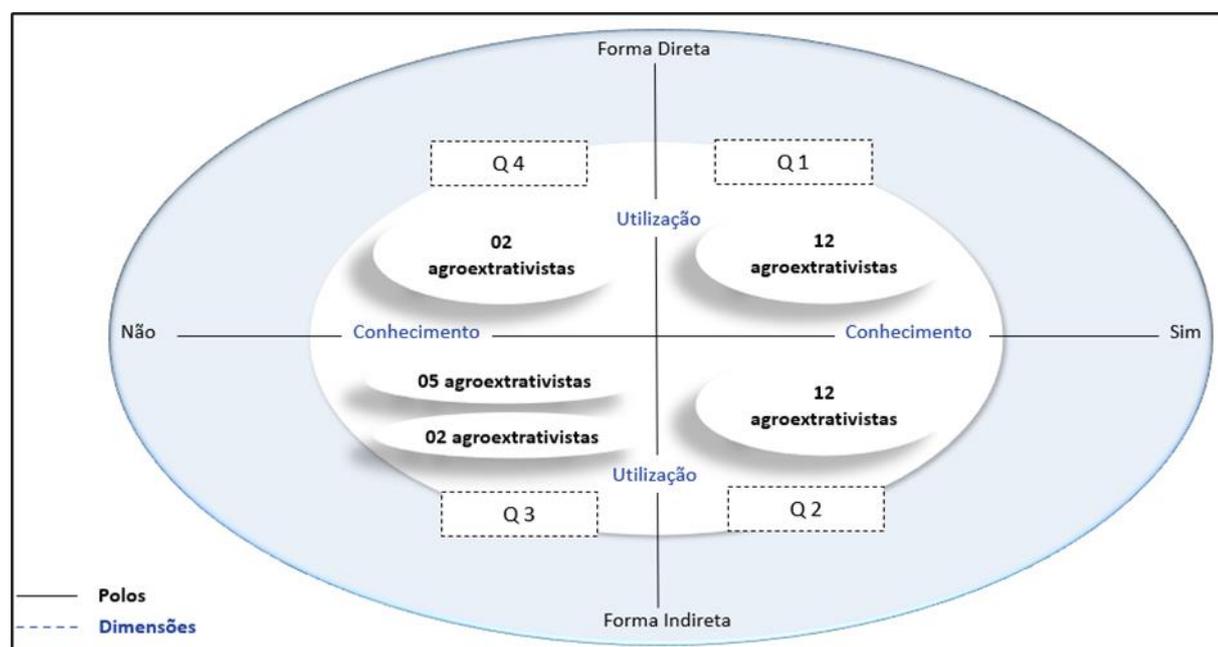
Na coleta de dados, dos 19 agroextrativistas entrevistados, apenas 12 declararam saber o que, de fato, é uma política pública; os outros 7 informaram não saber o que é uma política pública, sendo que todos os entrevistados fazem uso das políticas públicas — mesmo que indiretamente. É o caso dos agroextrativistas Pedro da Silva e João de Souza, que afirmaram

nunca ter solicitado recurso do governo federal através das políticas públicas. Esses entrevistados expressaram que sua área de plantação não tem a necessidade de utilizar tais recursos para melhorias. Eles associam a compreensão de política aos programas de transferência de renda e de financiamento de infraestrutura por meio de políticas, como o PRONAF. Isso apenas reforça a necessidade de um diálogo junto aos dois entrevistados sobre o conceito de políticas públicas.

Os 12 agroextrativistas que conhecem as políticas expressam que já fizeram e/ou fazem uso delas, sendo bastante importante na vida deles, pois ajudam a melhorar ou tentar minimizar os problemas que estão enfrentando. Eles se sentem incluídos e assistidos pelas políticas públicas, pois os ajudam desde o plantio até a hora da venda dos produtos. Com ajuda do governo, os agroextrativistas tentam melhorar as suas terras fazendo um plantio adequado e uma colheita eficiente. Essas conclusões estão apresentadas na Figura 4.

Figura 4

Conhecimentos e utilização dos agroextrativistas sobre políticas públicas



Para a leitura da Figura 4, é relevante entender o significado das dimensões conhecimento e utilização; são termos diferentes e não podem ser confundidos entre si. Nesta pesquisa, o termo conhecimento é utilizado para definir a capacidade de o agroextrativista explicar, reconhecer, identificar e citar exemplos de políticas públicas; diz respeito ao que são políticas públicas em termos conceituais e práticos para o agroextrativista. A dimensão conhecimento está dividida em dois polos, sim e não. Nesta pesquisa, os entrevistados foram questionados sobre o

seu conhecimento em relação ao termo “políticas públicas”. As respostas foram dispostas na Figura 4, conforme esses dois polos da dimensão conhecimento.

Já o termo utilização é empregado neste estudo para designar a relação e as formas de interação que os agroextrativistas estabelecem com as políticas públicas. A dimensão utilização está definida em dois polos: forma direta e forma indireta. A forma direta ocorre quando o agroextrativista tem uma relação material com os atores políticos, por meio, por exemplo, da assinatura de um contrato. A utilização em forma direta exige, quase sempre, uma contrapartida objetiva por parte do beneficiário, como necessidade de prestação de contas. A forma indireta, por sua vez, é caracterizada por políticas que estão presentes na vida dos entrevistados sem que eles tivessem feito uma interação ou uma provocação para terem acesso à política. Em outras palavras, a política está à disposição e o indivíduo a acessa, mas não é preciso agir para isso. São serviço saúde, educação e uso de estradas.

A Figura 4 pode ser assim compreendida: i) quadrante 1 (Q1): posiciona os agroextrativistas que afirmaram conhecer políticas públicas e que fazem uso de alguma política de forma direta, como PRONAF e PAA; ii) quadrante 2 (Q2): contempla os entrevistados que afirmaram conhecer políticas públicas e utilizá-las de modo indireto; iii) quadrante 3 (Q3): representa os indivíduos que afirmaram não conhecer políticas públicas, mas que as utilizam de maneira indireta; por fim, iv) quadrante 4 (Q4): constitui os entrevistados que não conhecem políticas públicas, mas as utilizam de forma direta.

Percebe-se que a totalidade dos entrevistados, isto é, 19 indivíduos, situam-se nos quadrantes 1, 2, 3 e 4. Isso ocorre porque, em um país como o Brasil, o contato com políticas públicas acontece por parte da população como um todo. O uso de uma rua ou estrada já caracteriza uma forma de utilização de políticas, pois há atuação de algum ator político para a construção e a manutenção dessas vias.

No Q4, nota-se que há apenas 2 agroextrativistas, sendo o quadrante menos expressivo. O Q4 revela que o entrevistado faz uso de uma política de modo direto, mas não sabe o que são políticas públicas. Em contrapartida, no Q1 há um maior número, isto é, 12 agroextrativistas que declaram fazer uso de políticas diretas e saber o que são políticas públicas. Fica evidente que quando a política está próxima do agroextrativista, até mesmo a definição e o seu conceito ficam mais claros para o indivíduo.

Mesmo com alguns agroextrativistas fazendo uso das políticas públicas, há indivíduos que desconhecem a aplicação delas (Q3 e Q4). Eles expressam que não são assistidos pelo Estado e que o poder público está ausente, começando pela falta de saneamento básico e pelas ruas precárias e caóticas, acarretando-lhes muitas dificuldades, principalmente no inverno, época do

ano mais importante para os agroextrativistas, pois é quando começa a colheita dos produtos, os PFNMs. Expressaram que a saúde também é um fator bem crítico, pois nunca há especialistas adequados no posto de saúde, fazendo com que muitos precisem ir até a capital do estado, isto é, Porto Velho, percorrendo mais de 340 km.

Os agroextrativistas que compõem o Q1 e Q2 afirmaram conhecer políticas públicas, em que a atuação deve servir para resolver esse tipo de problemas, isto é, questões ligadas à logística, às estradas e à saúde. Por conta de todos esses problemas enfrentados pelos agroextrativistas do Q3, eles concluem que estão desassistidos por parte dos atores políticos.

Conclui-se que todos os entrevistados, como dito anteriormente, fazem uso das políticas, mesmo que indiretamente, conforme se constatou na dimensão utilização (Q1 e Q2), exposta na Figura 4. Ou seja, quando utilizam algum serviço público, todos têm certo benefício de políticas públicas, o que pode ser visto, por exemplo, ao fazerem uso das ruas, dos parques públicos, das praças, da habitação cedida pelo governo e até mesmo do descarte de lixo.

Por essa razão, para a existência de eficientes políticas públicas de acesso aos PFNMs, é fundamental que os agroextrativistas se aproximem do processo de elaboração de políticas públicas. Uma alternativa para esse estímulo será discutida da seção seguinte.

5 DISCUSSÃO

As políticas públicas precisam ter, em alguma medida, a participação do público-alvo. Nos resultados da pesquisa, constatou-se que, quando os agroextrativistas faziam uso de políticas públicas de modo direto, a percepção sobre o conceito se ampliava; por outro lado, à medida que os agroextrativistas se distanciavam do tema pelo acesso indireto a políticas públicas, a percepção sobre o que são políticas públicas se tornava nebulosa. Para Dye (1984) as políticas públicas são elaboradas com o envolvimento do Estado e da sociedade. Entretanto, ficou evidente que os agroextrativistas entrevistados não participaram da elaboração das políticas que emergiram nos dados de campo.

Nessa perspectiva, embora em termos de prática política o Estado não pertença a nenhuma classe social, muito menos seja capaz de controlar as várias classes (Easton, 1981), as políticas em discussão foram construídas por policy makers, à revelia dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa. O argumento central nesta análise não é afirmar que os agentes governamentais deveriam, obrigatoriamente, envolver os sujeitos, mas defender que uma maior participação e interação desses sujeitos com políticas públicas aumenta as percepções individuais sobre o tema. Na pesquisa de campo, verificaram-se os seguintes relatos sobre o conceito de políticas públicas:

Não! Não sei o que é política pública (João da Silva).

São ações ou serviços que o governo faz para benefício e acesso de todos (Edson).

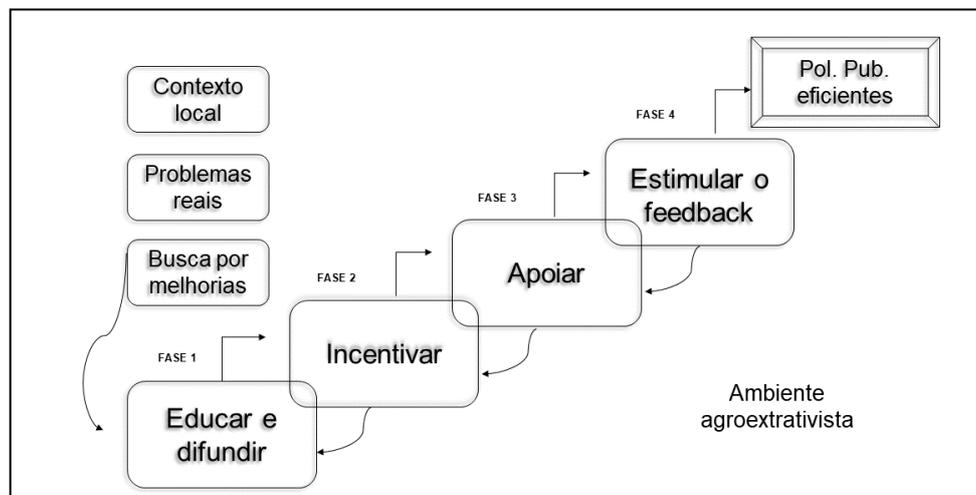
Às vezes tem muito falatório e não fazem nada; aqui tem política, mas não me envolvo muito [...] também as pessoas não se envolvem muito com política pública (Miranda).

Não [tem política pública], só aparecem para pedir voto e nada mais [...]. Na saúde até que somos assistidos, também é só. As outros, nem todos são atendidos (Silvano).

Pelos relatos dos entrevistados, fica evidente que a percepção do termo política pública difere a depender do entrevistado. Entretanto, essa compreensão difere dos conceitos e do propósito da definição do termo. O público-alvo de uma política pode contribuir para a efetividade de sua aplicação, desde que esteja envolvido com ela. Desse modo, conforme apontado na Figura 5, desenvolveram-se propostas de ações com vistas a alcançar políticas públicas mais eficientes.

Figura 5

Eficiência nas políticas públicas de acesso aos PFNMs



Uma compressão da Figura 5 pode se basear na seguinte análise: de acordo com a perspectiva funcional de Mastrodi e Ifangir (2019), a motivação primordial das políticas públicas de acesso aos PFNMs precisa ser a busca por melhores condições de produção. Essa motivação inicial e a eficiência dessas políticas existem nas 4 fases.

Na fase 1, busca-se educar os agroextrativistas, a fim de levá-los à compreensão do conceito de políticas públicas, ampliando os seus conhecimentos. Conforme pesquisa de campo aponta, 63,15% dos entrevistados têm Ensino Fundamental incompleto. Nesta fase, é preciso estimular a participação, o engajamento e a interação não somente entre os sujeitos envolvidos, mas com instituições formais, como associações e cooperativas (Silva-Jean *et al.*, 2022; Paes-

de-Souza *et al.*, 2011). As melhorias desses conhecimentos se fundamentam em ampliar tanto a educação formal quanto a educação informal, de modo a capacitá-los para entender o papel das políticas públicas na produção, na vida social e na vida organizacional dos indivíduos. Essa capacitação precisa incluir habilidades de negociação para prover meios que permitam que os sujeitos questionem, buscando dissensos e consensos.

Na fase 2, é preciso que esses indivíduos sejam incentivados não só para buscarem políticas públicas já disponíveis, mas para questionarem a efetividade daquelas que já existem e proporem soluções baseadas na sua prática diária, na sua rotina de trabalho e na sua produção.

De acordo com pesquisa realizada por Silva-Jean *et al.* (2022), a PGMBio apresenta fragilidades em relação à forma de composição dos custos dos PFNMs. Esses apontamentos podem ser identificados e discutidos pelos próprios agroextrativistas, de modo que eles passam a ter voz.

Na fase 3, é preciso um trabalho simultâneo de apoio. Isso ocorre porque, na fase 2, os indivíduos já foram motivados a se interessar pelo uso e pelo tema de políticas públicas, tornando-se fulcral apoiá-los, para que continuem se informando e tendo condições de operacionalização.

Na fase 4, busca-se o estímulo ao feedback da política. É uma fase relevante porque é um momento em que os agroextrativistas exerceriam uma análise crítica sobre a política implementada ou em elaboração, opinando sobre aspectos ligados à política. Por fim, conforme indicado na Figura 5, faz-se necessário um retorno à fase 1 repetindo todo o processo em um movimento circular.

Os resultados da pesquisa indicaram que as políticas públicas mais citadas pelos agroextrativistas foram: PRONAF, PAA, PGMPBio, PNAE e PPCDAm. Vale frisar que as demais políticas também são importantes; entretanto, essas se destacaram por serem as mais relatadas e usadas pelos entrevistados. São políticas fundamentais para o sustento da família, pois contribuem para a melhoria no plantio, na produção e na colheita dos produtos — às vezes, até no repasse dos preços dos produtos ao consumidor final. Essas políticas que emergiram nas pesquisas de campo podem ser vislumbradas conforme as fases sugeridas na Figura 5, com o propósito de buscar eficiência em políticas de acesso aos PFNMs. Em síntese, fica evidente que os entrevistados utilizam, em maior proporção, políticas ligadas ao financiamento da produção (PRONAF), à venda (PAA) e à garantia de um preço mínimo mais competitivo (PGPMbio).

A respeito dos órgãos presentes na vida dos agroextrativistas, as análises dos dados permitiram verificar que há um destaque para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA),

pois auxilia no manejo da floresta de forma consciente para que não ocorra nenhum desmatamento ou degradação da vegetação. No entanto, alguns agroextrativistas têm uma visão de que o IBAMA é muito regulamentador, tendo um papel muito coercitivo, como pode ser exemplificado pelo relato de Altemir: “O IBAMA trabalha muito com multas, às vezes destroem maquinários dos madeireiros”.

Apesar disso, os agroextrativistas precisam obedecer às regras. Contudo, os entrevistados compartilham da mesma visão sobre o IBAMA: a necessidade de manter a floresta em pé. A sugestão é que o IBAMA assuma um papel que esteja além de atitudes coercitivas; mais especificamente, que adote uma postura mais educativa.

Por fim, as ações propostas nesta seção estão distribuídas em 4 fases. Entretanto, o propósito essencial é pensar estratégias para inserir os agroextrativistas nas superestruturas jurídico-políticas, a fim de que eles possam participar da arena dos fazedores de políticas públicas, onde acontecem os diálogos e se definem as interações entre as classes (AVENI *et al.*, 2021).

6 CONCLUSÕES

Ao retratar as atividades agroextrativistas, constatou-se que se trata de uma prática muito exigente do ponto de vista da demanda por empenho e dedicação dos trabalhadores. Nota-se que, desde o plantio até a colheita dos Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs), é requerida muita força física e muitos movimentos reiterativos. Além de todo o esforço, os agroextrativistas também correm riscos naturais do ambiente, os quais se agravam ainda mais no período chuvoso, prejudicando o deslocamento e a retirada dos produtos da floresta.

As políticas públicas mais citadas entre os agroextrativistas foram o PRONAF, uma política voltada ao custeio de crédito agrícola para as despesas da agricultura familiar, e o PAA, uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Tanto o PRONAF quanto o PAA são políticas de utilização de forma direta, pois exigem uma provocação por parte do beneficiário, que precisa buscar o acesso à política.

Vale ressaltar, ainda, a PGPMBio, que repassa para o agroextrativista uma subvenção quando é comprovada a venda de PFMNs por um valor inferior ao preço mínimo estipulado pelo governo federal. Isso é feito por meio da CONAB, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A PGPMBio é uma política de utilização direta que exige do agroextrativista algumas tarefas para que ele tenha acesso ao recurso, tais como: comprovação da venda e do preço cobrado pelo produto. Toda a subvenção é conduzida pela CONAB.

Alguns agroextrativistas entendem que as políticas são uma ajuda que o governo proporciona para que eles possam melhorar, e até mesmo suprir, as necessidades existentes no dia a dia. Portanto, pode-se observar que foram identificadas as políticas públicas mais utilizadas pelos agroextrativistas, sendo que mais da metade as utiliza a fim de tentar minimizar os problemas existentes e melhorar a sua produção e qualidade de vida de toda a família.

A partir das análises de políticas públicas, verificou-se que algumas delas, como o PPCDAm, foram criadas com o objetivo de preservar a biodiversidade. Notou-se que, embora os agroextrativistas sintam pressão por parte do IBAMA na condução dessa política, os produtores são gratos pelo governo e pela iniciativa, pois sem a floresta não haveria os PFNMs, uma significativa fonte de renda para a comunidade estudada.

Esse reconhecimento apontado nos relatos dos entrevistados é compreensível, pois a única fonte de renda que os agroextrativistas têm são os produtos retirados da floresta. Tal colheita acontece de forma muito dificultosa, e esse trabalho está cada vez mais escasso, pois boa parte dos filhos dos agroextrativistas não pretendem seguir a mesma profissão dos pais e acabam deixando seu lar em busca de novos desafios.

Como recomendação de pesquisas futuras, sugere-se um trabalho com outros agroextrativistas de diferentes localidades, a fim de confrontar as diferentes realidades. Espera-se que esta pesquisa possibilite novos caminhos para os agroextrativistas no estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luane Conceição; DELGROSSI, Mauro Eduardo; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; ÁVILA, Mário Lúcio de. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 2, p. 9-22, 2019.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Política para o uso dos recursos naturais renováveis: A região amazônica e as atividades extrativas. In: CLUSTER-GODT, M.; SACHS, I. (Eds.). **Extrativismo na Amazônia brasileira**: perspectivas sobre o desenvolvimento regional. UNESCO, 1996, p. 14-34.

ARAÚJO, Daniel Braz de; GÓES, Laércio Mendonça; MIRANDA JUNIOR, Manoel Maria Ferreira. Um diálogo conceitual sobre Políticas Públicas: revisão de literatura. **Práticas Educativas. Memórias e Oralidades**, v. 3, n. 1, p. e316339, 2021.

AVENI, Alessandro; ALVES, João Lucas; PINHO FILHO, Lúcio Carlos de. Resenha dos textos “políticas públicas – conceitos e práticas” e “políticas públicas – uma revisão da literatura”. **Revista Processus Multidisciplinar**, v. 2, n. 4, p. 373-390, 2021.

BARBOSA, Cleidimar da Silva; SILVA, Jean Marcos da; LUZ, Josiane Paula da; LEANDRO, Gabriela; BOHN, Djenifer. Processo produtivo do PFNM Pinhão das Araucárias: o caso do extrativista JDZ no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 12, n. 1, p. 4-17, 2020.

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. ed. 70, 2010.
- BENTO, Giovana Pittarelli; SCHMITT FILHO, Abdon Luiz; FAITA, Márcia Regina. Silvopastoral systems in Brazil: a systematic review. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. 1-25, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Campus, 1992.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.
- BRITES, Antonio Donizetti. Efeitos ecológicos da exploração de produtos florestais não madeireiros: uma revisão sistemática. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, n. 4, p. 55-72, 2016.
- CAMARGO, Eduardo Pereira de. A pesquisa em Política Educacional na perspectiva do materialismo histórico-dialético – revisão de literatura. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1–21, 2018.
- CORREA JÚNIOR, Antonio José da Silva. Configuração sócio-identitária para a prática avançada e contestação social da enfermagem: revisão teórica. **Revista Atenas Higeia**, v. 4, n. 1, p. 19-32, 2022.
- DE BEER, Johannes Hendrik; McDERMOTT, Mark John. **The economic value of non-timber forest products in south-east Asia**. 1ª ed. IUCN e WWF, 1989.
- DYE, Thomas Raymond. **Understanding Public Policy**. 1ª ed. Prentice Hall, 1984.
- EASTON, David. The political system besieged by the state. **Political Theory**, v. 9, n. 3, p. 303-325, 1981.
- ELIAS, Geraldo Antônio; SANTOS, Ronaldo. Produtos florestais não madeireiros e valor potencial de exploração sustentável da floresta atlântica no sul de Santa Catarina. **Ciência Florestal**, v. 26, n. 1, p. 249-262, 2016.
- ELKINGTON, John. Governance for Sustainability. **Journal compilation**, v. 14, n. 6, p. 519-597, 2006.
- ESTEVÃO, Renata Barcellos; FERREIRA, Mariana Dias. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **Holos**, v. 3, p. 168-185, 2018.
- FIEDLER, Nadia C.; SOARES, Tatiana S.; SILVA, Geraldo Fernando. Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e Manejo Sustentável da Floresta. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, v. 10, n. 2, p. 263-278, 2008.
- FONSECA, Vanessa; FILHO, Elias Barbosa. Políticas públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema penitenciário brasileiro. **Revista Neiba**, v. 8, p. 5-8, 2019.
- FREITAS, José. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3ª ed. Fórum, 2016.
- FREITAS, José. Políticas públicas e controle judicial de prioridades constitucionais. **Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região**, v. 1, n. 1, p. 141-157, 2017.
- GIATTI, Otávio Ferrarim; MARIOSIA, Pedro Henrique; ALFAIA, Sônia Sena; SILVA, Suzy Cristina Pedroza da; SANTOS PEREIRA, Henrique dos. Potencial socioeconômico de produtos florestais não madeireiros na reserva de desenvolvimento sustentável do Uatumã, Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. 1-19, 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. Atlas, 2008.

- GOMES, Manoel Fernando; FERREIRA, Leticia Jorge. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.
- GONÇALVES, José Ricardo; COSTA, Daniel; GONÇALVES, João Carlos. Algumas considerações sobre o conceito de políticas públicas: o que o estado lucra com as políticas públicas. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 3, n. 7, p. 60-71, 2020.
- HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 2, p. 1243-1248, 1968.
- LASWELL, Harold Dwight. **Politics: Who Gets What, When, How**. 1ª ed. Meridian Books, 1936.
- LIMA, Luiz Leandro; D'ASCENZI, Luiz. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. 1ª ed. Metamorfose, 2018.
- LYNN, Laurence. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. 1ª ed. Goodyear, 1980.
- LOWI, Theodore. Four systems of policy, politics, and choice. *Public administration review*, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. 1ª ed. Zahar, 1967.
- MARTINOT, Jean François. Coletar ou Cultivar: As escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 4, p. 751-766, 2017.
- MARX, Karl. **Oeuvres. Économie**. Edition établie. Gallimard, 1965.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: Marx, Karl. **Obras escolhidas**. Edições Avante, 1982.
- MASTRODI, Janaína; IFANGIR, Fernando Cristiano Aguiar da Silva. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileiro**, v. 24, n. 9, p. 05-18, 2019.
- MELLO, Otávio Augusto Bitencourt de. Natureza Jurídica da Concessão de Serviço Público. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, v. 4, n. 12, p. 403-442, 2020.
- OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. 4ª ed. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1990.
- PAES-DE-SOUZA, Mariluce; SILVA, Tania Nunes da; PEDROZO, Eugênio Ávila; SOUZA FILHO, Theophilo Alves de. O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RARA**, v. 3, n. 2, p. 44-57, 2011.
- PAWLOWSKI, Anna. **Produtos florestais não madeireiros: tecnologia, mercado, pesquisas e atualidades**. 1ª ed. Editora Científica Digital, 2021.
- PEDROZO, Eugênio; SILVA, Tania Nunes da; PEDROZO, Eugênio Ávila; SOUZA FILHO, Theophilo Alves de. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 3, n. 2, p. 58-74, 2011.
- PETERS, B. Guy. **American Public Policy**. 1ª ed. Chatham House, 1986.
- POULANTZAS, Nicos. **Political Power and Social Classes**. 1ª ed. New Left Books, 1968.
- POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales**. François Maspero/La découverte, 1972.
- RIBEIRO, Everton; MACEDO, Simone. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018.

RODRIGUES, Maria Isabel; SOUZA, Álvaro Nogueira de; JOAQUIM, Máisa Santos; LUSTOSA JUNIOR, Ilvan Medeiros; PEREIRA, Reginaldo Sérgio. Concessão florestal na Amazônia brasileira. **Ciência Florestal**, v. 30, n. 4, p. 1299-1308.

SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. London: Zed Books, 1992.

SANTOS, Anadalvo J. dos; HILDEBRAND, Elisabeth; PACHECO, Carlos H. P.; PIRES, Paulo de Tarso de L.; ROCHADELLI, Roberto. Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. **Revista Floresta**, v. 33, n. 2, p. 215-224, 2003.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista de Direito**, v. 3, n. 56, p. 119-149, 2018.

SHACKLETON, Charlie M.; PANDEY, Abhishek K. Positioning non-timber forest products on the development agenda. **Forest Policy and Economics**, v. 38, p. 1-7, 2014.

SILVA-JEAN, Marcos; PAES-DE-SOUZA, Mariluce; SOUZA FILHO; Theophilo Alves de; RIVA, Fabiana Rodrigues; BORBOSA, Cleidimar da Silva. Public policies of guarantee for minimum prices on products of sociobiodiversity (PGPMBio): composition of the extraction cost of Amazonian chestnut in Rondônia and Acre. **Revista de Administração da UFSM**, v. 15, n. 1, p. 62-82, 2022.

SILVA-JEAN, Marcos; PASSOS DA SILVA, Rosália, PAES-DE-SOUZA, Mariluce; SOUZA FILHO; Theophilo Alves de. Custos e preços da castanha-da-amazônia nos Estados do Acre e Rondônia. Custos e @gronegócio on line, v. 13, n. 2, p. 421-447, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Fernando da Cruz; MORAES, Nelson Russo. Estado de bem-estar social: uma revisão de literatura. **Revista Observatório**, v. 5, n. 5, p. 906-936, 2019.

SOUZA-FILHO, Theóphilo; PAES-DE-SOUZA, Mariluce; SILVA, Tania Nunes da; PEDROZO, Eugênio Ávila. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 3, n. 2, p. 58-74, 2011.

TELES, Ivanei Monteiro da Silva Cunha; LIMA, Marcilene Cruz Ribeiro. Gestão

VEIGAS, Elis Regina dos Santos.; SATANA, Cristina Fátima Pires Ávila; NODA, Claudia Marinho Carneiro. O conceito de política pública e suas ramificações: alguns apontamentos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 43415-43425, 2020.

ZULPO, Maikielli; MORAES, Andréia Benetti; TEDESCO, Carla Denise. Universidades e as dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental, uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 4, p. 406-415, 2020.